

Sarney nega venda irregular de terras

ESTADO DE SÃO PAULO

26 AÇO 1977

Da sucursal e do correspondente

O senador maranhense, José Sarney, da Arena, negou, ontem, que durante o seu governo tenham sido realizadas vendas ilegais de terras, acusação feita por seu conterrâneo deputado Epitácio Cafeteira, do MDB, em depoimento prestado, na véspera, perante a CPI do sistema fundiário. Segundo Cafeteira, Sarney, ao sancionar em 1969 a lei 2979, permitiu que mais de dois milhões de hectares de terras fossem vendidos sem concorrência pública.

Sarney lembrou que essa lei foi sancionada depois de ter recebido aprovação unânime da Assembléia Legislativa, com o apoio dos dois partidos. "Aliás, na época," — explicou o ex-governador — "o deputado Epitácio Cafeteira era prefeito de São Luis e não apresentou nenhuma crítica à lei".

Assegurando que não alienou nenhuma terra no Maranhão, Sarney admitiu que abriu uma única exceção, concedendo uma área de pouco mais de dois mil hectares a uma missão presbite-

riana que, para receber uma doação de máquinas de uma empresa alemã, precisava do domínio da terra. O ex-governador afirmou também que está processando, junto ao Supremo Tribunal Federal, o deputado Epitácio Cafeteira "por suas afirmativas inverídicas e caluniosas".

Deputado volta a acusar Boaventura

O deputado Alzira Gomes fez ontem na Assembléia Legislativa de Goiás, um relato do depoimento que prestou segunda-feira à CPI de terras, na Câmara Federal, e confirmou todas as denúncias contra os grileiros que, segundo ele, estão cometendo toda a sorte de crimes e violências, envolvendo nas acusações os juizes de Araguaína e Tocantinópolis.

O deputado, que é também da Arena, centrou suas denúncias na pessoa do deputado Sinval Boaventura, a propósito de quem relatou uma série de negócios, escusos segundo o parlamentar, na região Norte do Estado.